

Da atualidade de Durkheim para a sociologia da educação

Cláudio Marques Nogueira

Cláudio Marques Nogueira

Universidade Federal de Minas Gerais,
UFMG

E-mail: cmmn@uol.com.br

 <http://orcid.org/0000-0001-7913-5669>

Resumo

O artigo discute em que medida Durkheim continua relevante para o debate contemporâneo na área de sociologia da educação. Na primeira parte, produz-se uma análise mais geral sobre algumas das principais proposições e conceitos da sociologia durkheimiana. Na segunda parte, reflete-se mais diretamente sobre a contribuição do autor para a área de educação. Duas dimensões são destacadas. A primeira diz respeito às concepções do autor sobre justiça social e sobre o papel que o sistema escolar pode ter como instrumento de construção de uma sociedade mais justa. A segunda se refere às relações que Durkheim estabelece entre educação e moral. O artigo conclui que os posicionamentos de Durkheim em relação a esses dois temas ainda podem enriquecer muito o debate na área de sociologia da educação.

Recebido em: 18/04/2020
Aprovado em: 20/10/2021

Palavras-chave: Émile Durkheim. Sociologia da educação. Educação.



<http://www.perspectiva.ufsc.br>

 <http://doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e73081>

Abstract**On Durkheim's currentness for sociology of education**

Keywords: Emile Durkheim. Sociology of education. Education.

The article discusses the extent to which Durkheim remains relevant to the contemporary debate in the field of Sociology of Education. In the first part, a more general analysis of some of the main propositions and concepts of Durkheimian sociology is produced. In the second part, it reflects more directly on the author's contribution to the area of education. Two dimensions are highlighted. The first concerns the author's conceptions of social justice and the role that the school system can play as an instrument for building a more just society. The second refers to the relations that Durkheim establishes between education and morals. The article concludes that Durkheim's positions on these two themes can still greatly enrich the debate in the area of Sociology of Education.

Résumé**D'actualité de Durkheim pour la sociologie de l'éducation**

Mots-clés: Émile Durkheim. Sociologie de l'éducation. Education..

L'article examine dans quelle mesure Durkheim reste pertinent pour le débat contemporain dans le domaine de la Sociologie de l'Éducation. Dans la première partie, une analyse plus générale de certaines des principales propositions et concepts de la sociologie durkheimienne est produite. Dans la deuxième partie, il réfléchit plus directement à la contribution de l'auteur au domaine de l'éducation. Deux dimensions sont mises en évidence. Le premier concerne les conceptions de l'auteur sur la justice sociale et le rôle que le système scolaire peut jouer en tant qu'instrument de construction d'une société plus juste. Le second se réfère aux relations que Durkheim établit entre l'éducation et la morale. L'article conclut que les positions de Durkheim sur ces deux thèmes peuvent encore enrichir considérablement le débat dans le domaine de la Sociologie de l'Éducation.

Introdução

Num certo sentido, o interesse central de Durkheim sempre foi o de entender como é possível a ordem social, ou seja, como os indivíduos conseguem conviver em sociedade de uma forma organizada, seguindo regras, padrões de comportamento e valores comuns.¹ Para ele, isso não ocorre de forma natural e automática. Os indivíduos não nascem predispostos a conter suas paixões e interesses privados em nome do respeito aos direitos e interesses dos outros. Eles não nascem seguindo regras, comportando-se da forma considerada adequada por seus grupos sociais ou seguindo os valores morais, religiosos ou cívicos de suas sociedades. Para Durkheim (2017a, p. 55), o indivíduo nasce um “ser egoísta e associal”.² Se as sociedades existem, se os homens seguem padrões de comportamento, se os fiéis acreditam e respeitam os dogmas de suas religiões, se as pessoas se identificam com os símbolos de sua nação, isso se deve fundamentalmente ao fato de que os indivíduos são educados no interior de grupos ou sociedades específicos e preparados para pensar, sentir e agir de acordo com os padrões aí prevalecentes. Durkheim vai ressaltar também o peso da coerção social. Os indivíduos que se desviam ou tentam se desviar tendem a ser punidos. A punição não seria suficiente, no entanto, para manter estáveis as sociedades. Só a educação seria capaz de fornecer à sociedade o que ela precisaria para se manter: indivíduos dispostos a pensar, sentir e agir em consonância com a coletividade a que pertencem.

Fica clara a importância da educação na obra de Durkheim. Ela seria a principal ponte entre indivíduo e sociedade. Seria também a ligação principal entre o passado, o presente e o futuro de cada sociedade. Por meio dela, os valores, as crenças e os modos de comportamento vão sendo transmitida de uma geração a outra. Isso não significa que mudanças não ocorram. Pelo contrário, Durkheim nos mostra como a educação está relacionada com as transformações pelas quais as sociedades passam. Os objetivos da educação, a forma como ela é estruturada, os conteúdos privilegiados, os métodos de ensino, tudo varia conforme se modificam historicamente a organização, as crenças e os valores das sociedades (DURKHEIM, 1995, 2017a). Qualquer que seja a sociedade, o desafio básico seria, no entanto, inevitavelmente, o mesmo: transformar o ser egoísta e associal que acaba de nascer num indivíduo adulto, capaz de controlar seus impulsos naturais e de aderir aos modos de pensar, sentir e agir da coletividade.

Antes de reagirmos indignados, acusarmos de conservadora essa concepção de educação e passarmos para a defesa entusiasmada dos princípios de uma educação crítica e transformadora, é preciso nos perguntarmos se Durkheim está errado em seu diagnóstico. Ao longo do tempo, as coisas não teriam se passado basicamente dessa forma? As sociedades – inclusive aquelas que buscam se reinventar após uma ruptura revolucionária – não usariam a educação, principalmente, como um instrumento de transmissão dos valores, das crenças e dos padrões de comportamento coletivamente legitimados para as novas gerações? Mesmo hoje, quando defendemos os direitos e a autonomia das crianças, reconhecemos

e estimulamos sua capacidade crítica e propomos metodologias mais ativas de ensino e aprendizagem, não estamos traduzindo em termos pedagógicos as crenças e os valores da modernidade, na qual o respeito à individualidade tornou-se um ideal social? As sociedades mudaram, as concepções e ideais pedagógicos se transformaram, mas a fórmula proposta por Durkheim não parece superada: continuamos a tentar criar nossos filhos e a educar nossos estudantes com base nas crenças e nos valores que aprendemos – na sociedade como um todo ou em grupos específicos nos quais fomos socializados – a respeitar.

Apesar de toda sua riqueza, a reflexão durkheimiana sobre educação é tomada, às vezes, apenas pelo seu valor histórico, ou seja, como marco inicial da sociologia da educação. A contribuição de Durkheim esteve na base da perspectiva funcionalista, que exerceu grande influência na sociologia da educação até o início dos anos 70 do século XX. A partir desse período, no que pesem algumas iniciativas importantes na direção contrária (GIDDENS, 1978; CARDI; PLANTIER, 1993; FILLOUX, 1994; WEISS, 2009), as críticas têm prevalecido.³ Neste artigo, procuro me contrapor a isso, argumentando que algumas questões relativas à educação formuladas pelo autor continuam atuais, e as respostas sugeridas por ele ainda merecem, no mínimo, ser debatidas.

Além dessa breve introdução, o artigo apresenta duas seções intermediárias e as considerações finais. Na próxima seção, discuto a obra de Durkheim focalizando aspectos que me parecem ser objeto frequente de críticas equivocadas ou, no mínimo, excessivamente severas: sua preocupação com o problema da ordem e o lugar que ele reserva à mudança social; sua concepção de estratificação e desigualdade social; sua caracterização dos fatos sociais como externos e coercitivos em relação aos indivíduos; sua ênfase na importância da autoridade moral. Não é a intenção, nem seria viável no espaço deste artigo, reconstruir detalhadamente as críticas que se faz em relação a esses aspectos da obra de Durkheim e nos posicionar em relação a cada uma delas. De qualquer forma, parece possível indicar minimamente em que as críticas se equivocam, bem como sugerir uma interpretação pretensamente mais fiel à obra do autor. É com base nessa interpretação que iremos discutir mais diretamente, na terceira seção do artigo, a relevância e a atualidade das contribuições durkheimianas relativas ao tema da educação. Nas considerações finais, serão retomados os pontos principais da argumentação e feitas algumas observações complementares.

Ordem social: integração parcial entre consciência individual e coletiva

Como já dissemos, no centro da sociologia durkheimiana está o problema da ordem social: como os indivíduos conseguem conviver de forma minimamente harmoniosa, sem se entregarem a uma guerra constante pela satisfação de suas paixões e interesses privados? Assim como Thomas Hobbes, Durkheim ressalta o caráter egoísta da natureza humana. Não haveria uma tendência natural dos indivíduos a se

conterem em benefício do outro ou da coletividade. Se fossemos levados apenas pela nossa natureza, cada um de nós lutaria ao máximo para satisfazer nossos instintos e desejos mais primários, mesmo que isso implicasse o uso da violência em relação aos outros. Segundo Durkheim:

Esponaneamente, o homem não tinha tendência a se submeter a uma autoridade política, respeitar uma disciplina moral, dedicar-se e sacrificar-se. A nossa natureza congênita não apresentava nada que nos predispuesse necessariamente a nos tornarmos servidores de divindades, emblemas simbólicos da sociedade, a lhes prestarmos culto ou a nos privarmos para honrá-los. (DURKHEIM, 2017a, p 54).

Se os homens não têm uma predisposição natural para se conterem e se sacrificarem, é preciso que uma força externa se lhes imponha, controlando seus instintos egoístas e permitindo a segurança, a ordem e a estabilidade social. Para os autores contratualistas, essa força seria o contrato social. Por meio dele, os indivíduos deliberadamente abririam mão de parte de sua liberdade individual em prol de uma entidade coletiva, o Estado, que estabeleceria um conjunto de regras e definiria direitos e deveres a serem seguidos por todos. Passar-se-ia, assim, do Estado de natureza ao Estado de direito. Já para Durkheim, não é a ordem social que está baseada em um contrato. São os contratos que estão baseados em uma ordem social prévia, em uma consciência coletiva, na existência de laços de sociabilidade que propiciam um “[...] espírito de entendimento e de concórdia” (DURKHEIM, 1989, p. 141). Durkheim inverte, portanto, a explicação contratualista. A ordem social não teria sido criada pelo encontro de indivíduos isolados, que resolveram conscientemente estabelecer um contrato para organizar sua convivência. Para o autor, indivíduos isolados nunca existiram e, se tivessem existido, certamente não teriam a linguagem comum, a confiança mútua, nem mesmo a disposição para se autocontrolarem, elementos necessários para o estabelecimento de um acordo. A ordem social é possível porque cada indivíduo aprende, desde o seu nascimento, a respeitar um conjunto de crenças e valores comuns e a autocontrolar sua natureza egoísta e associal em nome do bem comum. Com Durkheim, portanto, a questão deixa de ser como os indivíduos criam a sociedade para como cada sociedade cria indivíduos preparados para viver de acordo com os padrões sociais que a caracterizam.

A centralidade atribuída por Durkheim ao problema da ordem é interpretada frequentemente como uma postura conservadora ou anacrônica. É como se fosse possível aos indivíduos viver em sociedade sem seguir regras comuns, sem compartilhar valores, sem conter seus interesses e desejos individuais. O que a sociologia durkheimiana nos mostra, enfaticamente, é que essa alternativa não existe. As próprias categorias por meio das quais os indivíduos organizam seus pensamentos foram dadas pela sociedade. A comunicação entre eles é feita por meio de uma linguagem socialmente constituída. Os valores e as crenças a partir dos quais se podem estabelecer critérios e regras de negociação entre os indivíduos foram

aprendidos socialmente. A vida social supõe a existência de uma realidade que se coloca acima de cada um dos seus membros, limitando e coordenando suas maneiras de pensar, sentir e agir.

Quanto à acusação de anacronismo, não há dúvida de que as sociedades são realidades cada vez mais heterogêneas (DUBET, 1994; LAHIRE, 2002). Os indivíduos não são mais socializados em um sistema coerente e unificado de crenças e valores. Além disso, a própria pluralidade dos contextos e das experiências vivenciados pela maioria dos indivíduos hoje, incluindo as crianças, torna-os muito mais propensos a assumirem uma atitude ativa e crítica no interior dos processos de socialização. Mas isso não significa que a socialização deixou de se realizar, que cada indivíduo seja capaz de escolher livremente, especialmente na infância, suas crenças, seus valores, suas identidades. Na verdade, as maneiras de pensar, sentir e agir continuam variando significativamente conforme os países, os grupos étnicos e religiosos, as classes sociais, as famílias, etc. Quantas diferenças existem, por exemplo, entre uma criança japonesa, árabe, americana ou brasileira? Ou entre uma criança de classe média alta, com pais com escolaridade superior, e outra que vive em condição de pobreza e com pais pouco escolarizados? A vida social não é um repertório de experiências e identidades a serem livremente escolhidas pelos indivíduos. Gostemos ou não, os espaços sociais continuam demarcados por fronteiras que podem ser mais ou menos intransponíveis, e as crianças continuam crescendo e sendo formadas dentro deles.

Parte das resistências à obra de Durkheim parecem relacionadas ao valor cultural atribuído ao indivíduo nas sociedades modernas. Incomoda-nos qualquer teoria que pareça descrever e, pior ainda, considerar como inevitável a submissão dos indivíduos a forças externas e coercitivas. Desagrada-nos a ideia de que não somos plenamente livres para fazer nossas escolhas e para transformar as sociedades como queremos. Uma teoria que afirma ser necessário que o indivíduo reconheça a autoridade moral da sociedade parece-nos, no mínimo, suspeita. Pelo menos desde o Iluminismo, aprendemos a acreditar na capacidade dos indivíduos de raciocinar de forma lúcida, de questionar os poderes estabelecidos e de construir um mundo mais justo. Assim, o consenso social, os valores morais e, em última instância, a própria sociedade, com seus padrões e todas as suas injustiças, são vistos, por alguns, como obstáculos a serem vencidos na luta pela libertação individual.

A meu ver, esse ideal, perfeitamente legítimo, de engrandecimento do indivíduo e de seu protagonismo na vida social não pode, no entanto, impedir ou distorcer o entendimento sociológico da realidade. Uma coisa é a defesa política da sociedade que consideramos ideal, na qual prevalece o pleno respeito aos direitos individuais e há amplo espaço para a reflexão, a crítica e a mobilização política dos cidadãos; outra é a análise científica de como efetivamente foram – e são – as relações indivíduo-sociedade. Se buscarmos analisar a realidade tal como ela é, e não como gostaríamos que fosse, certamente constataremos que o indivíduo nunca foi um ser plenamente autônomo, independente, consciente de sua situação e com disposição e amplos poderes para transformar a realidade. Pelo

contrário, a sociologia facilmente nos mostra que ele sempre esteve mergulhado no universo social; suas maneiras de pensar, sentir e agir sempre estiveram contaminadas pelo grupo e pela cultura de sua época e suas capacidades para reagir e mudar a realidade social sempre foram limitadas.

A perspectiva durkheimiana não implica, no entanto, negar o indivíduo, como tantas vezes se afirmou. O que ela nega é uma visão romântica do indivíduo como ser autônomo, que pensa e decide livremente, que constrói a sociedade como quer e que a transforma por um ato de vontade. Como alternativa a essa concepção, ele vai enfatizar que cada indivíduo nasce num mundo social já constituído, com maneiras de pensar, sentir e agir já estabelecidas. Cada indivíduo vai se formar como ser humano, incorporando parte dessa realidade externa. A identificação do indivíduo com seu meio externo nunca chegaria, no entanto, a ser completa. Permaneceria dentro de cada um de nós um equilíbrio imperfeito – e, muitas vezes, tenso – entre o ser individual, egoísta e associal, e o ser social, formado a partir de nossa imersão no mundo. Por mais que possamos nos identificar e aprender a amar o que vem da sociedade, nosso ser individual continua a resistir às regras, a não querer limitar a realização de seus desejos, a se recusar a adequar-se plenamente aos padrões de comportamento. Mesmo o fiel mais convicto precisa esforçar-se constantemente para se manter no caminho da fé e conseguir realizar plenamente tudo que é prescrito por sua religião; mesmo o defensor mais ardoroso do casamento e da monogamia sabe que é preciso lutar contra uma série de desejos que o querem fazer agir em desacordo com suas crenças; por mais que afirmemos discursivamente os valores do respeito e do amor ao próximo, sabemos que estamos longe de conseguir aplacar completamente nossos impulsos mais egoístas.

É preciso enfatizar, portanto, que Durkheim não afirma que a realidade social domina completamente as consciências individuais, reduzindo os homens a seres mecanicamente dirigidos pelas forças externas. Ao invés disso, o autor salienta que a natureza humana é dual (DURKHEIM, 1975, 2015, 2017a); conviveriam de forma tensa, dentro de cada um de nós, um ser individual e um ser social. Durkheim se preocupa tanto com o problema da ordem social justamente por reconhecer que há certa fragilidade e potencial instabilidade nos laços que unem os indivíduos à sociedade. Se a anomia se instala, se a sociedade falha em regulamentar e controlar os comportamentos individuais, os homens podem facilmente se perder numa luta fratricida pela satisfação ilimitada de seus interesses e desejos mais egoístas. Essa possibilidade de esgarçamento da ordem social seria especialmente forte na passagem do mundo tradicional para as sociedades modernas. É fundamentalmente essa passagem que Durkheim procura compreender em *A divisão do trabalho social*. Partindo da constatação de que a ordem tradicional estava irremediavelmente perdida, ele busca identificar novas bases sobre as quais as sociedades poderiam se reorganizar. Quando os indivíduos viviam em comunidades menores e mais isoladas, todos exerciam basicamente o mesmo tipo de trabalho e compartilhavam de uma mesma consciência coletiva,

ou seja, possuíam as mesmas crenças e valores. Nessas condições, prevalecia uma ‘solidariedade mecânica’ entre os indivíduos, que nasceria justamente de sua semelhança e de sua identificação com os padrões coletivos. À medida que essas comunidades se expandem e se integram em sociedades mais amplas, aumenta a divisão do trabalho, a especialização das funções e, conseqüentemente, a diferenciação entre os indivíduos. Durkheim acreditava que esse processo era irreversível. Não seria possível voltar ao mundo tradicional, no qual a ordem social estaria baseada na identificação plena entre as consciências individuais e a consciência coletiva, como defendiam os conservadores e reacionários do seu tempo. Por outro lado, ele descartava, como já discutimos, a possibilidade de a sociedade se basear simplesmente na articulação entre indivíduos ou grupos que se movem por interesses egoístas, como acreditavam os economistas liberais e utilitaristas. Durkheim apostava num caminho intermediário, no qual os indivíduos se desenvolveriam e se diferenciariam cada vez mais, mas em que existiriam, ao mesmo tempo, certos valores morais básicos, entre os quais o respeito à dignidade da pessoa humana, que garantiriam a solidariedade e a convivência harmoniosa entre as partes.

Embora reconhecesse a profundidade da crise e dos desafios enfrentados pelas sociedades modernas, Durkheim era um otimista. Ele acreditava que a divisão do trabalho social, que caracteriza as sociedades urbanas e industriais, era fonte de uma nova forma de solidariedade, chamada por ele de orgânica. Assim como ocorre num organismo biológico, as várias funções especializadas que surgem com a divisão do trabalho social seriam interdependentes. As atividades das diferentes categorias profissionais ou dos setores específicos da economia se complementariam. Isso faria com que todos se sentissem como parte de uma realidade social mais ampla. Para que a cooperação ou a solidariedade entre as diferentes funções sociais se estabelecesse, seriam necessárias, no entanto, algumas condições. Antes de tudo, seria importante uma forte regulamentação das relações entre as partes. Seria preciso normatizar o exercício das diferentes profissões, estabelecer limites para a concorrência entre os agentes econômicos, definir parâmetros para as relações entre produtor e consumidor e, principalmente, regulamentar a relação entre capital e trabalho. Durkheim não acreditava que o Estado conseguiria realizar toda essa regulamentação (DURKHEIM, 1989, p. 32). Ele poderia contribuir, mas seria relevante a participação de organizações profissionais que congregassem todos os agentes envolvidos num determinado setor da economia, incluindo patrões e empregados. Dentro dessas organizações, os membros poderiam se agrupar de acordo com seus interesses específicos, mas haveria também fóruns comuns, com representantes de todos, nos quais se regulamentariam as relações entre as partes. As organizações profissionais também estreitariam a convivência entre os membros dos diferentes grupos por meio de ações sociais e educativas, o que favoreceria o desenvolvimento de um espírito cooperativo e solidário. Durkheim considerava que, em sua época, a regulamentação da interação entre as partes, fosse pelo Estado, fosse pelas organizações profissionais, que quase não existiam, ainda não se fazia de modo suficiente.⁴ Uma hipótese que ele

sustenta é que isso ocorria porque as transformações sociais e, especialmente, a divisão do trabalho social teriam acontecido de forma muito acelerada, impedindo a construção, simultaneamente, de laços de solidariedade entre as partes. Tinha-se, então, um estado geral de anomia, ou seja, de ausência de normas, e uma sociedade extremamente instável e conflituosa.

Segundo Durkheim (1991, p. 169), não bastaria, no entanto, regulamentar a relação entre as partes; “[...] porque, por vezes, são as próprias normas que são a causa do mal”. A luta entre as classes, por exemplo, estaria relacionada ao fato de que as

[...] classes inferiores, não estando, ou deixando de estar satisfeitas com o papel que lhes está reservado pelo costume ou pela lei, aspiram a funções que lhes estão interditas e procuram desapossar delas aqueles que as exercem. Daí guerras intestinas que são devidas à maneira como o trabalho é distribuído. (DURKHEIM, 1991, p. 169).

Segundo o autor, “[...] para que a divisão do trabalho produza a solidariedade, não basta que cada um tenha a sua tarefa, é preciso ainda que esta tarefa lhe convenha” (DURKHEIM, 1991, p. 170). Isso só ocorreria caso a distribuição das funções sociais fosse feita da forma considerada mais justa pelas sociedades modernas: em função dos talentos e das capacidades individuais, e não pela imposição de forças externas. Durkheim (1991, p. 171) argumenta que “[...] se nada entrava ou favorece indevidamente os concorrentes que disputam as tarefas, é inevitável que os que são mais aptos para cada gênero de atividade as consigam”. Nesse caso, “[...] a única causa que determina então a maneira como o trabalho se divide é a diversidade das capacidades” (DURKHEIM, 1991, p. 171). Durkheim chama de espontânea (por oposição à forçada) a essa divisão das funções que ocorre de acordo com as aptidões e talentos individuais. Só ela seria capaz de gerar nos indivíduos um sentimento de que cada um ocupa na sociedade a posição que merece e que lhe é mais adequada, o que seria fundamental para a produção da solidariedade entre todos. O autor enfatiza que a divisão espontânea do trabalho “[...] supõe não apenas que os indivíduos não são relegados pela força para funções determinadas, mas ainda que nenhum obstáculo de qualquer natureza os impede de ocupar, nos quadros sociais, o lugar adequado às suas faculdades” (DURKHEIM, 1991, p. 172). Segundo o autor, isso somente ocorrerá quando a “[...] sociedade estiver constituída de maneira que as desigualdades sociais expressem exatamente as desigualdades naturais” (DURKHEIM, 1991, p. 172). Para isso, seria “[...] necessário e suficiente que estas últimas não sejam nem realçadas nem depreciadas por qualquer causa exterior” (DURKHEIM, 1991, p. 173), ou seja, que prevaleça “[...] a absoluta igualdade de condições exteriores da luta” (DURKHEIM, 1991, p. 173).

Fica claro, portanto, ao contrário do que afirmam certas críticas apressadas, que Durkheim reconhece plenamente a existência de injustiças e de conflitos nas sociedades modernas. Quando ele nos

fala de um organismo social formado por funções diferenciadas que cooperam de forma harmônica e solidária, não está descrevendo algo que já exista, mas um objetivo a ser perseguido. Para se alcançar esse objetivo, seria necessário aprimorar, ao máximo, “[...] a igualdade nas condições exteriores de luta” (DURKHEIM, 1991, p. 175), de forma a garantir que a distribuição dos indivíduos pelas funções seja feita apenas com base nas diferenças entre os seus talentos. Ainda estaríamos longe desse ideal. Durkheim observa que, “[...] quando o regime de castas desapareceu juridicamente, ele sobreviveu a si próprio nos costumes, graças à persistência de certos preconceitos: tratam-se uns com certo favor, outros com certo desfavor, independentemente dos seus méritos” (DURKHEIM, 1991, p. 173). Além disso, salienta que “[...] a transmissão hereditária da riqueza basta para tornar muito desiguais as condições exteriores nas quais a luta se processa” (DURKHEIM, 1991, p. 173); “[...] não pode haver ricos e pobres por nascimento sem que haja contratos injustos” (DURKHEIM, 1991, p. 180). Apesar disso, ele acredita que há avanços. As sociedades modernas seriam cada vez menos tolerantes com as desigualdades baseadas no nascimento e existiriam ações concretas no sentido de restringi-las. Os preconceitos relacionados à antiga divisão da sociedade em castas tenderiam a se atenuar. Haveria também, cada vez mais, iniciativas da sociedade para a redução das desigualdades econômicas e para a assistência àqueles em situação menos vantajosa. O autor menciona ainda os empregos públicos, cujo acesso seria progressivamente aberto a todos (DURKHEIM, 1991, p. 174).

Fundamentalmente, o que Durkheim nos diz é que a única saída para as sociedades modernas é se tornarem meritocráticas. Essas sociedades precisariam nivelar todas as desigualdades externas que impedem os indivíduos de competir em condições de igualdade pelas posições sociais. Só assim todos sentirão que ocupam o lugar que merecem na sociedade e estarão dispostos a cooperar com os demais. Durkheim reconhece que é difícil “[...] edificar essa sociedade em que cada indivíduo tenha o lugar que merece, seja recompensado como merece, onde toda a gente, por conseguinte, concorra, espontaneamente, para o bem de todos e de cada um” (DURKHEIM, 1991, p. 206). Por mais difícil que seja, ele acreditava que, em sua época, as sociedades já haviam avançado muito em relação ao que eram no passado, em que tudo era definido pelo nascimento; e que esse processo, certamente, seria aprofundado no futuro.

A aposta de Durkheim está relacionada ao diagnóstico que ele faz sobre a evolução moral das sociedades. Nas sociedades tradicionais, nas quais as consciências individuais estão pouco desenvolvidas e todos os indivíduos se assemelham em função da consciência coletiva que compartilham, o que importa é a manutenção dos valores e da unidade da coletividade. Nessas sociedades, não haveria preocupação com a liberdade de expressão ou com o respeito às escolhas individuais. Caberia a cada indivíduo seguir os papéis sociais que lhe seriam atribuídos, basicamente, em função do seu sexo e da posição social de sua família. Não haveria espaço, por exemplo, para o indivíduo decidir qual religião quer professar, se

prefere ou não se casar e com quem, qual profissão quer seguir, etc. Tudo isso seria socialmente determinado. E os indivíduos, de um modo geral, tenderiam a se sujeitar passivamente a essas determinações, justamente por se identificarem com os padrões socialmente compartilhados. De qualquer forma, eventuais divergências de comportamento ou opinião tendiam a ser punidas pelo grupo de forma bastante severa.

Durkheim observa que a situação seria muito diferente nas sociedades modernas. À medida que as sociedades se ampliam e se urbanizam, a consciência coletiva deixa de controlar detalhadamente os comportamentos e as atitudes individuais, sobra uma margem mais ampla para a livre iniciativa individual. O autor ressalta que, nas comunidades menores, todos se conhecem e se vigiam constantemente (DURKHEIM, 1991, p. 79). E os jovens teriam poucas condições para romper com o passado, visto que estão presos aos laços familiares e são submetidos diretamente à autoridade dos mais velhos. Já nas sociedades modernas, especialmente nas grandes cidades, habitadas, na época de Durkheim, em grande parte, por jovens que vinham do interior para trabalhar, os indivíduos conheceriam menos uns aos outros, os laços sociais seriam mais frouxos e, assim, o controle social seria menor. Nesse novo contexto, a contradição, a divergência, as variações nas maneiras de pensar, sentir e agir vão sendo cada vez mais toleradas e mesmo respeitadas. Os indivíduos já não se submetem passivamente ao peso da tradição. Eles a questionariam e se sentiriam mais livres para agir de acordo com suas próprias opiniões. Aos poucos, essa liberdade dos indivíduos passa a ser defendida como um direito fundamental de todos os homens.

Para Durkheim, a divisão do trabalho, a diferenciação progressiva dos indivíduos e sua libertação em relação ao peso da tradição criam as bases para uma nova moralidade, que teria como valor central o respeito à pessoa humana. Nesse novo contexto, tudo o que ofende a liberdade, a igualdade e a dignidade do indivíduo – independentemente do seu sexo, raça, classe social, nacionalidade etc. – tende a ser moralmente condenável. Essa nova moral estaria por trás não apenas das declarações internacionais sobre os direitos humanos, mas de todas as legislações nacionais que garantem direitos políticos e sociais aos indivíduos. Nos termos de Durkheim (1983, p. 63), “[...] os direitos individuais vivem a progredir, e não é possível marcar-lhes limite intransponível. Aquilo que, ontem, não parecia passar de uma espécie de luxo, virá a tornar-se, amanhã, direito estrito”. De fato, podemos pensar em como, desde a época de Durkheim, avançaram em todo o mundo, por exemplo, os direitos das mulheres, das crianças, dos idosos, das pessoas com deficiência, dos grupos minoritários em geral. É importante mencionar também a força de todos os movimentos sociais que combateram as desigualdades sociais e fizeram progredir a justiça social, inclusive o socialismo. Na perspectiva durkheimiana, todos esses avanços estariam relacionados à emergência do “individualismo moral”, ou seja, desse culto à pessoa humana (DURKHEIM, 1983, 1991,

2017b). Essa nova moralidade, que não se confunde com o individualismo egoísta dos economistas, seria uma força motriz que tornaria as sociedades modernas progressivamente mais justas e democráticas.

Como diz Giddens (1978, p. 51), talvez os que acusam Durkheim de conservador entendam como conservador tudo o que não é revolucionário. Durkheim, de fato, não acreditava na revolução socialista, mas isso não o fazia menos preocupado e compromissado com a construção de uma sociedade mais justa. Na perspectiva dele, a divisão do trabalho social, a especialização crescente das funções, seria uma característica normal e inescapável das sociedades modernas, sejam elas capitalistas ou socialistas. Seria a divisão o que garantiria a complementariedade entre as partes e a integração do todo social. De qualquer forma, como vimos, seria possível tornar a relação entre as partes mais regulamentada e a distribuição dos indivíduos pelas funções mais justa. O autor não acreditava que isso pudesse ser feito de cima para baixo, por meio de um Estado socialista – que, na perspectiva dele, seria incapaz de gerir diretamente o conjunto das relações econômicas e sociais –, mas, ao contrário, deveria ser uma conquista progressiva, realizada dentro das próprias sociedades capitalistas.

A utopia durkheimiana pode parecer pouco radical e mesmo frustrante para todos os que têm pressa de mudança. É preciso entender, no entanto, que a dimensão normativa da obra de Durkheim está diretamente atrelada ao trabalho de análise empírica da realidade (WEISS, 2009). Ele não se dispõe a sugerir demagogicamente a possibilidade de um mundo ideal, em que todas as mazelas serão superadas. O que ele faz é uma análise do desenvolvimento das sociedades humanas e, especialmente, das transformações que surgem com o advento da modernidade. E a constatação fundamental a que ele chega é que as sociedades se tornam progressivamente mais complexas, com grande diferenciação interna das funções. Essa diferenciação introduz o risco da desintegração, do estabelecimento de uma luta de todos contra todos. Observa, no entanto, que a diferenciação gera, paradoxalmente, um novo elemento integrador da sociedade: o individualismo moral. Sua utopia se coloca nos limites desse diagnóstico científico. A esperança de Durkheim é que esse novo fundamento moral seja capaz de evitar a desintegração geral das sociedades modernas, garantindo, ao mesmo tempo, sua reorganização em bases mais justas.

Antes de encerrar essa primeira parte do artigo, cabe-nos reconhecer que a retórica durkheimiana, especialmente em *As regras do método sociológico*, contribuiu para certos equívocos que acompanham até hoje a interpretação da obra do autor. É preciso lembrar que Durkheim estava lutando para consolidar a sociologia como uma disciplina científica. Para isso, ele considerava necessário demonstrar duas coisas: a existência de um objeto específico dessa disciplina, diferente do da psicologia; e a possibilidade de aplicação a esse objeto do mesmo rigor científico utilizado pelas ciências naturais. Nessa perspectiva, Durkheim (1973, p. 390) define como objeto da sociologia os fatos sociais: “[...] maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercivo em virtude do qual se lhe impõem”. E

afirma que “[...] os fatos sociais devem ser tratados como coisas [...]”, cujas “[...] propriedades características, tal como as causas de que dependem, não podem ser descobertas pela introspecção, por mais atenta que seja” (DURKHEIM, 1973, p. 378). Caberia ao sociólogo se afastar, o máximo possível, de suas opiniões prévias para olhar o mundo social com maior objetividade.

A definição durkheimiana de fato social é muitas vezes criticada. No que se refere à exterioridade dos fatos sociais, o autor é acusado de hipostasiar a realidade social, ou seja, de considerá-la como algo que existe de maneira totalmente independente das consciências individuais. Se tomarmos a obra de Durkheim como um todo, essa não parece, no entanto, a interpretação mais adequada. O que é essencial no argumento durkheimiano é que os fatos sociais não derivam dos indivíduos tomados isoladamente, mas de sua associação (DURKHEIM, 2015, p. 44). Assim, os fatos sociais seriam exteriores aos indivíduos no sentido de que eles não são normalmente criados por ninguém, isoladamente. Além disso, pela sua própria amplitude e complexidade, eles extrapolam os conteúdos de qualquer consciência individual. Vale ainda lembrar que muitos fatos sociais podem ter surgido antes do nascimento de um indivíduo específico e permanecer posteriormente à sua morte. Podemos pensar numa religião, numa língua, numa ideologia política, num sistema de ensino. Essas realidades não são normalmente criadas por indivíduos sozinhos. Além disso, a fé de cada indivíduo, o uso que ele faz de sua língua materna, suas crenças políticas ou sua participação no sistema de ensino são apenas fragmentos de uma realidade social mais ampla.

No que diz respeito ao caráter coercitivo atribuído por Durkheim aos fatos sociais, as críticas recebidas pelo autor também parecem excessivas. Durkheim não está dizendo que os indivíduos são totalmente submetidos aos padrões sociais, tampouco que não podem divergir ou mesmo romper frontalmente com esses padrões. Ao longo de toda sua obra, inclusive, ele analisa extensamente os temas do desvio e, especialmente, da criminalidade. Além disso, como já discutimos, ele ressalta que, nas sociedades modernas, as divergências e diferenças individuais são cada vez mais toleradas, ou mesmo valorizadas. O que ele está dizendo, e que nos parece inegável, é que toda sociedade tem alguns valores compartilhados, e sua não observância tende a levar a punições, seja pela aplicação das regras jurídicas, seja pela ridicularização ou mesmo pelo isolamento do indivíduo. Haveria ainda os constrangimentos indiretos. O indivíduo é obrigado, por exemplo, a falar na língua do seu grupo, porque, de outra forma, simplesmente não será compreendido.

Apesar de sua importância, Durkheim deixa claro que a coerção direta, que se impõe aos indivíduos de fora para dentro, não é o único fator de coesão social. O que liga os indivíduos à sociedade seria principalmente a autoridade moral que a segunda exerce sobre os primeiros. Os indivíduos sentiriam, simultaneamente, o dever e a vontade de se conformar ao que está socialmente estabelecido. O

exemplo da religião é recorrentemente utilizado por Durkheim. O homem de fé não obedece aos preceitos religiosos por simples imposição externa, ele sente internamente que deve e que é bom agir assim. A vida social só seria possível porque os indivíduos aprenderiam a amar e respeitar as crenças e os valores dos seus grupos e, assim, passariam a autocontrolar seus impulsos egoístas e associativos.

Durkheim e a educação: contribuições para o debate atual

Apontar a atualidade de um clássico não implica, necessariamente, concordar completamente com seus posicionamentos. Significa apenas reconhecer que algumas de suas contribuições ainda podem enriquecer o debate contemporâneo. No que se refere à obra de Durkheim, gostaríamos de destacar duas dimensões que nos parecem especialmente relevantes para as discussões atuais sobre educação.

A primeira delas diz respeito às reflexões do autor sobre justiça social e sobre o papel que o sistema escolar pode ter como instrumento de construção de uma sociedade mais justa. Em relação a essa temática, considero que Durkheim nos oferece um contraponto importante a um discurso comum na área de educação, o de que a divisão do trabalho e todas as desigualdades a ela associadas podem ser totalmente superadas. Esse discurso parece ter como fundamento direto ou indireto a crítica marxista à divisão capitalista do trabalho, a qual vem acompanhada da crença de que essa divisão pode ser superada nas sociedades comunistas, nas quais os homens venceriam a alienação, em todos os sentidos do termo, e se desenvolveriam de forma omnilateral (MANACORDA, 2017). Para Durkheim, a divisão do trabalho não é uma característica específica do capitalismo que possa ser superada por um ato revolucionário. Ela seria um elemento estruturante das sociedades modernas. À medida que as sociedades se tornam mais densas, formadas por uma população maior e mais interconectada, a especialização das funções seria o único caminho capaz de atenuar a competição entre os indivíduos e produzir cooperação. Além disso, ao contrário da perspectiva marxista, na qual a divisão do trabalho está relacionada à fragmentação e à alienação das consciências individuais, Durkheim ressalta que “[...] a personalidade individual se desenvolve com a divisão do trabalho” (DURKHEIM, 1991, p. 201). Antes, todos os membros da sociedade se assemelhavam e se identificavam com a consciência coletiva. Com a especialização, ter-se-ia uma diferenciação cada vez maior entre os indivíduos e um afastamento relativo de todos em relação aos padrões coletivos.

A divisão do trabalho não é, portanto, para Durkheim, algo a ser criticado e superado. Ele simplesmente constata que toda sociedade apresenta algum nível de divisão do trabalho, menor no caso das sociedades mais tradicionais, maior no caso das modernas. É com base nessa constatação inicial que Durkheim pensa o papel da educação. Para ele, não existe uma “[...] educação ideal, perfeita, válida sem distinção para todos os homens” (DURKHEIM, 2017a, p. 46), independentemente das sociedades e períodos históricos, que possa ser definida de forma universal pelos teóricos. O que seria possível é

analisar quais funções a educação sempre cumpriu, embora de maneiras diferentes, nos diversos contextos históricos e sociais. Partindo dessa análise, Durkheim (2017a, p. 52) conclui que a função da educação sempre foi

[...] suscitar na criança 1) um certo número de estados físicos e mentais que a sociedade à qual ela pertence exige de todos os seus membros; 2) certos estados físicos e mentais que o grupo social específico (casta, classe, família, profissão) também considera como obrigatórios em todos que o formam.

Para responder a essa dupla função, a educação, em todas as sociedades, seria uma e múltipla. No caso das sociedades modernas, os sistemas de ensino tenderiam a oferecer uma educação básica comum e, a partir de certo ponto, uma educação especializada, que variaria conforme a profissão a ser seguida pelo estudante.

Durkheim não faz nenhuma crítica a essa diversificação da oferta educacional. Para o autor, ela responde à necessidade objetiva da sociedade de formar os homens de acordo com as funções existentes. Ele admite também que haveria uma “hierarquia das funções sociais” (DURKHEIM, 1991, p. 180), que faria com que os indivíduos recebessem valores desiguais de acordo com o trabalho que executam.⁵ Com relação a isso, a única ressalva de Durkheim diz respeito ao acesso dos indivíduos aos diferentes tipos de formação especializada e assim, indiretamente, às diferentes profissões. Ele é claro ao afirmar que “[...] a educação dos indivíduos não deveria depender do acaso que os faz nascer aqui ou lá, de tais pais em vez de outros” (DURKHEIM, 2017a, p. 50). Como discutimos na seção anterior, uma sociedade justa, na perspectiva de Durkheim, seria aquela em que os indivíduos tivessem condições externas iguais para lutar pelas posições sociais. Seria necessário atenuar ao máximo as desigualdades, inclusive econômicas, de modo a garantir uma competição mais justa. Nesse sentido, o ideal seria “[...] pôr sempre mais equidade nas relações sociais” (DURKHEIM, 1991, p. 183). No entanto, por mais que se avançasse nessa direção, ele acreditava que continuariam a existir hierarquias entre as funções sociais e diferenças acentuadas no tipo de educação a ser seguido pelos indivíduos. Mas essas desigualdades, na perspectiva dele, seriam justas, na medida em que expressariam apenas as diferenças naturais de aptidão entre os indivíduos.

Do ponto de vista da sociologia da educação contemporânea, as referências de Durkheim a diferenças naturais de aptidão ou talento incomodam profundamente. O conhecimento sociológico acumulado pelo menos desde a metade do século XX nos mostra claramente que os supostos dons, a inteligência e os vários talentos que nos parecem naturais, na verdade, em grande medida, expressam o tipo de socialização a que os indivíduos foram submetidos. Não se poderia esperar que Durkheim tivesse esse entendimento em sua época. De qualquer forma, vale registrar que essa é uma parte de sua obra que de fato envelheceu.⁶ Também é possível afirmar, utilizando o conhecimento sociológico atual, que

Durkheim (1991, p. 17) subestima as dificuldades envolvidas no estabelecimento de uma “igualdade nas condições exteriores da luta”. Hoje sabemos que não basta garantir o acesso de todos a uma boa escola pública e gratuita. Também não é suficiente garantir as condições materiais básicas para os alunos (acesso a uniforme, alimentação, transporte e material escolar). Mesmo quando essas condições são niveladas, continuam a existir desigualdades profundas entre as famílias, relativas ao seu domínio da cultura legítima, ao seu conhecimento do mundo escolar, às suas práticas e estratégias educativas e às suas expectativas em relação à escolarização dos filhos (BOURDIEU, 2003). A tendência é que as famílias que ocupam as funções hierarquicamente superiores usem todas as armas para garantir para os seus filhos posição igual ou superior.

Apesar desses limites, é preciso reconhecer, em primeiro lugar, a pertinência e a atualidade da caracterização feita por Durkheim dos sistemas de ensino como possuidores de um caráter duplo (uno e múltiplo, homogeneizador e diferenciador) (DURKHEIM, 2017a). Temos, de fato, uma educação básica, que se pretende que seja comum para todos os indivíduos, e uma educação especializada que, conforme os países, inicia-se no ensino médio ou no superior, voltada para a inserção profissional futura de cada estudante. Gostemos ou não, a oferta educacional em todo o mundo segue essa mesma lógica. A divisão do trabalho é cada vez maior, as profissões são mais especializadas, e com isso o sistema educacional vai se tornando mais ramificado, oferecendo múltiplas formações especializadas a partir de um tronco comum. Como diagnóstico da realidade, ou seja, como descrição de como as coisas, de fato, funcionam, o modelo durkheimiano se mostra, portanto, bastante adequado.

Do mesmo modo, em termos normativos, é interessante notar que a solução meritocrática proposta por Durkheim talvez seja menos anacrônica do que possa parecer. Por mais que já tenhamos feito toda a crítica à noção de mérito e desconfiemos que ele seja, em grande medida, herança social travestida de virtude individual, continuamos a ter que utilizá-lo como critério de acesso e/ou distribuição dos indivíduos entre os diferentes níveis e ramos do sistema de ensino. Nos termos de Dubet (2004), o mérito é uma “ficção necessária”. Por mais imperfeito ou mesmo injusto que possa ser, ele ainda é melhor do que o critério do nascimento, que predominou na história da humanidade e determinava diretamente o tipo de escolaridade e de inserção profissional que um indivíduo poderia ter em função da classe, da etnia, da raça, da casta, do sexo ou do local de nascimento.

Em nenhuma sociedade do mundo o ensino superior, por exemplo, é garantido a todos. Mesmo nas sociedades em que o ingresso é livre, ocorre posteriormente uma seleção interna que define quem permanece e em quais ramos. Em todos os lugares, há sempre alguma forma de seleção para acesso às instituições e aos cursos superiores de maior prestígio e também para o ingresso na pós-graduação. O que é possível é tornar essa competição mais justa, diminuindo as desigualdades sociais e tornando mais equitativa a formação recebida na escola básica. Também são possíveis medidas diretamente relacionadas

ao acesso e à permanência no ensino superior: isenção de taxas de inscrição, oferta de ensino gratuito ou de bolsas de estudo, políticas de assistência estudantil, políticas de ações afirmativas como as cotas, etc. Em todos esses casos, no entanto, não estamos eliminando as hierarquias existentes entre os ramos de ensino ou entre as profissões, mas apenas, nos termos durkheimianos, tentando estabelecer uma maior “igualdade nas condições exteriores de luta” (DURKHEIM, 1991, p. 175), ou seja, fazendo com que os indivíduos possam competir pelas posições oferecidas pelo sistema de ensino e, posteriormente, pelo mercado de trabalho, de forma mais igualitária. Por mais que nos revoltamos com a sociedade desigual e hierarquizada em que vivemos, na prática o que temos conseguido é, essencialmente, lutar para que o acesso às diferentes posições seja feito de forma mais justa, baseado no mérito individual, e não na origem social. Esse é, exatamente, o caminho defendido por Durkheim. Nesse sentido, somos hoje profundamente durkheimianos.

A segunda dimensão da obra de Durkheim que merece destaque se refere às relações entre educação e moralidade (DURKHEIM, 1995, 2007, 2008, 2017a). Aqui, temos que voltar ao grande tema durkheimiano da ordem social. Como vimos, o autor acredita que a vida social só é possível porque os indivíduos aprendem desde cedo a amar e respeitar as maneiras de pensar, sentir e agir socialmente definidas. Eles seguem os padrões sociais por um sentimento de dever, mas também de vontade. Isso significa dizer que a realidade social exerce sobre os indivíduos uma autoridade moral, um respeito, algo que é muito mais profundo do que a simples imposição da lei pela força física. Durkheim observa que, nas sociedades tradicionais, nas quais os indivíduos eram muito semelhantes entre si e não havia espaço para questionamentos, a autoridade moral da sociedade era facilmente aceita por todos. Ressalta ainda que, nessas sociedades, moral e religião se confundiam. Ao se apegar aos elementos sagrados de suas religiões, os indivíduos incorporariam, sem necessidade de nenhuma reflexão, os padrões morais de seus grupos. As coisas seriam bem mais difíceis nas sociedades modernas. A religião não conseguiria mais estabelecer a unidade moral da nação. Os indivíduos, agora muito mais diferenciados entre si, aprenderam a questionar racionalmente tudo o que lhes é imposto. Nos termos de Durkheim (1983, p 85), “[...] tudo, tanto na prática como na teoria, vem a tornar-se matéria de controvérsia e de divisão, tudo vacila. Falta, à sociedade, solo firme. Nada mais há de fixo”. Os valores tradicionais, em grande medida, perderam-se, e o individualismo moral, o culto à pessoa humana, ainda não se consolidou. O diagnóstico de Durkheim é o de que estamos vivendo uma crise moral ou, em outras palavras, uma crise de valores.

É com base nesse diagnóstico que Durkheim defende que as escolas ofereçam uma educação moral laica. Seria necessário desenvolver nas crianças, de forma sistemática, uma moralidade compatível com as características das sociedades modernas: marcadas pela emergência do individualismo moral (respeito à autonomia, liberdade e dignidade da pessoa humana), pelo estabelecimento do Estado laico,

pela redução do peso da tradição e pela ampliação do espaço da ciência e da racionalidade. Essa educação moral não se realizaria por meio de uma disciplina específica sobre o tema, mas de uma formação humana geral, que atravessaria o conjunto do currículo e se serviria dos conhecimentos e atitudes mentais desenvolvidos nas diferentes áreas do saber. A proposta de Durkheim (2008, p. 19) supõe “[...] uma educação que abdica de qualquer referência aos princípios sobre os quais repousam as religiões reveladas, que se apoia exclusivamente sobre ideias, sentimentos e práticas que se justificam unicamente pela razão”. Segundo o autor, na escola, os indivíduos deveriam aprender a amar e respeitar algo que está acima deles, a sociedade, ou mais especificamente, os ideais racionais relacionados ao individualismo moral, fundamento moral das modernas nações democráticas. Em termos intelectuais, esses ideais se traduzem na valorização do livre julgamento, da racionalidade e do conhecimento científico. Segundo Durkheim (2008, p. 27), a servidão intelectual é apenas “[...] uma das formas de servidão que o individualismo pretende combater”. Assim, a própria educação moral não poderia se realizar nos tempos atuais por meio da imposição de um conjunto de valores. Seria necessário, ao contrário, estimular a reflexão sobre a importância de tais valores, a fim de se conquistar a aceitação livre e esclarecida por parte dos indivíduos (2008, p. 124). Os ideais racionais e individualistas contribuiriam ainda para “[...] que desperte uma maior sede de justiça” (DURKHEIM, 2008, p. 28). O individualismo moral nos faria “[...] perceber como sendo contrárias à dignidade humana, ou seja, injustas, algumas relações sociais cuja injustiça, há bem pouco tempo, nos passava despercebida” (DURKHEIM, 2008, p. 27). Essa maior sensibilidade social estaria relacionada ainda à própria visão racional sobre o mundo. Segundo o autor (DURKHEIM, 2008, p. 27), “[...] a injustiça é insensata e absurda e por isso nos tornamos mais sensíveis a ela na medida em que nos tornamos mais sensíveis aos direitos da própria razão”. Em síntese, Durkheim defende uma educação moral capaz de estimular o respeito à dignidade individual, o que implica a defesa da liberdade de pensamento, a valorização dos direitos democráticos e o compromisso com a redução das injustiças sociais.

É importante observar que esse projeto educacional se articula com a concepção durkheimiana sobre o papel do Estado nas sociedades democráticas. O autor acredita (DURKHEIM, 1983) que os modernos Estados democráticos ajudam a garantir e fazem avançar as liberdades e os direitos individuais. Só eles poderiam libertar os indivíduos do arbítrio de grupos específicos. Acima dos costumes familiares, dos preceitos religiosos, dos poderes locais de todo tipo, existiriam os direitos e as garantias legais de todos os cidadãos. Assim, por exemplo, uma prática discriminatória ou preconceituosa mantida por um grupo particular poderia ser combatida por uma legislação nacional. Essa função “libertriz do indivíduo” (DURKHEIM, 1983, p. 58) que os Estados democráticos tenderiam a cumprir estaria relacionada ao fato de eles não serem uma simples encarnação da consciência coletiva da sociedade, mas órgãos com uma autonomia relativa, capazes de refletir de forma consciente e racional sobre a organização da coletividade.

Durkheim reconhece que há o risco de o Estado se tornar despótico e passar ele próprio a oprimir os indivíduos. Para evitar isso, seria necessário que seu poder sofresse o contrapeso de outras forças coletivas, que ele chama de grupos secundários (DURKHEIM, 1983, p. 58). Entre o Estado e os indivíduos deveriam atuar organizações sociais, como assembleias regionais e, sobretudo, associações profissionais. Esses grupos intermediários impediriam, por um lado, que o Estado se tornasse despótico em relação aos indivíduos e, por outro, que os indivíduos – como uma massa desorganizada e guiada por percepções difusas e pouco racionais sobre a realidade – pudessem eventualmente controlar o Estado, impedindo-o de agir de forma racional, ou seja, como instrumento garantidor dos direitos, não apenas das maiorias, mas também das minorias.

Embora consciente das dificuldades de organização dos Estados democráticos, Durkheim acreditava que eles avançavam e faziam prevalecer progressivamente os princípios racionais e laicos do individualismo moral. No contexto francês, a Terceira República representava, aos olhos do autor, exatamente isso, a institucionalização de uma ordem democrática em que as liberdades e direitos individuais estariam progressivamente sendo garantidos. À educação moral caberia formar os indivíduos para essa nova ordem social, prontos para cumprirem seus direitos e deveres de cidadãos e para a defesa do espírito e das instituições democráticas. Segundo Durkheim (2008, p. 109),

[...] novas ideias de justiça, de solidariedade, estão sendo elaboradas e, cedo ou tarde, suscitarão instituições apropriadas. A finalidade mais urgente da educação moral nos dias de hoje consiste em fazer emergir essas ideias ainda confusas e inconscientes, fazer com que as crianças possam amá-las.

Para a efetiva realização dessa educação moral, seria necessário, segundo o autor (DURKHEIM, 2007, 2008), que a escola desenvolvesse na criança três elementos: um “espírito de disciplina”, uma disposição para “adesão aos grupos sociais” e uma “autonomia da vontade”. O primeiro elemento consiste no desenvolvimento do gosto pela regularidade, na capacidade de obedecer às regras, no desenvolvimento de um sentimento de dever moral. O segundo elemento estaria relacionado ao gosto pela vida coletiva, à capacidade de se doar e se dedicar a uma causa ou ideal coletivo. O terceiro elemento seria o mais específico da moral racional e laica defendida por Durkheim. Seria necessário que os indivíduos aderissem aos ideais morais de forma livre e esclarecida, a partir de uma reflexão racional sobre sua pertinência para as sociedades em que vivem. O sucesso dessa educação moral dependeria, em grande medida, da capacidade dos professores de exercerem uma autoridade moral diante dos seus alunos, de inspirarem os sentimentos de obediência e dever, mas também os de admiração e respeito (DURKHEIM, 2017a, p. 71). Para tanto, o professor teria que se apresentar como porta-voz de algo maior, que está além dele: o conhecimento científico, a cultura e, em última instância, a própria sociedade.

Acreditamos que a discussão de Durkheim sobre educação e moralidade permanece relevante para o debate atual, em vários aspectos. Antes de tudo, o autor parte de um diagnóstico que permanece em grande medida válido. Os indivíduos são cada vez mais diferentes entre si. Não há um conjunto claro de crenças e valores que deveria ser respeitado e incorporado por todos. Além disso, a relação que os indivíduos estabelecem com a realidade social torna-se progressivamente mais reflexiva e mais crítica. Tudo e todos são questionáveis. Os indivíduos não se submetem mais tão facilmente a nenhuma imposição externa. Essas mudanças no perfil dos indivíduos e na postura que estabelecem perante a realidade social podem ser celebradas como marcos da libertação em relação ao peso das tradições. Durkheim chama atenção, no entanto, para outra dimensão da questão. O enfraquecimento da consciência coletiva e o fortalecimento das individualidades tornam mais difícil a convivência social e mais desafiante a tarefa de educar. Se o indivíduo não reconhece algo acima dele que mereça seu respeito, não há razão para que se contenha. Abre-se, portanto, espaço para o que o autor chama de crise moral, ou seja, para a prevalência do autointeresse, do egoísmo, da falta de ética, da guerra de todos contra todos.

O que Durkheim busca por meio da sua proposta de educação moral é um caminho para evitar essas consequências negativas do individualismo moderno. Ele não quer anular as diferenças ou reduzir o espírito crítico e racional dos estudantes. Seu objetivo é apenas conciliar essas diferenças e esse espírito moderno com a incorporação de alguns valores comuns, fundamentalmente aqueles relacionados com o respeito à pessoa humana. Em outras palavras, o projeto educacional de Durkheim tem como objetivo preservar as diferenças individuais e, ao mesmo tempo, garantir a adesão de todos a alguns valores básicos, capazes de evitar que os indivíduos se tornem seres totalmente egoístas e sociais. Esse objetivo continua a ser um desafio para todos os educadores nas sociedades contemporâneas. À medida que as diferenças entre os indivíduos se aprofundam, ele se torna ainda mais presente. Como oferecer uma formação moral e estimular a adesão dos estudantes a valores fundamentais da sociedade sem anular ou violentar suas individualidades?

Segundo Hanna Arendt (1988), a crise moderna da educação é uma crise de autoridade. As gerações mais velhas e os educadores em geral não se sentem no direito de impor nada aos indivíduos. Crianças e jovens são vistos como um grupo oprimido pelos mais velhos e qualquer tentativa de educá-los é vista como autoritária. Durkheim oferece uma alternativa. Seria possível respeitar as individualidades e, ao mesmo tempo, oferecer uma educação moral nas escolas. Não se trata, no entanto, de qualquer moral. O fundamento básico da formação moral defendida por Durkheim é o culto da pessoa humana. Esse fundamento implica, por definição, o respeito às diferenças individuais e a valorização da racionalidade e do espírito crítico. Durkheim não está propondo que se volte à moral homogeneizadora das sociedades tradicionais. Sua defesa é que se tome o individualismo moral, que já está presente na sociedade de forma difusa, como base dessa educação. Assim, os indivíduos teriam suas individualidades respeitadas e, ao

mesmo tempo, aprenderiam que esse respeito deriva de algo maior, que está acima deles e constitui o próprio fundamento das sociedades democráticas nas quais eles vivem.

Nada parece mais atual que essa proposta de Durkheim. Deveríamos respeitar as diferenças dos estudantes nas escolas e simultaneamente ensiná-los que esse respeito não é uma decisão arbitrária do educador, mas algo que o transcende, que vem da própria sociedade e que precisa ser mantido para a própria preservação da vida democrática. Traduzindo isso em termos bem concretos, o aluno deveria aprender, por exemplo, que ele tem que seguir algumas regras escolares. Essa é uma obrigação à qual ele tem que se curvar. Ao mesmo tempo, é importante que ele perceba que essas regras não são arbitrárias, mas racionais e impessoais. Elas permitem o bom funcionamento da escola e são válidas para todos. Se é preciso levantar a mão para pedir para falar em sala, por exemplo, é importante que essa regra realmente seja imposta a todos: menino ou menina, branco ou negro, filho de uma família mais ou menos abastada, indivíduo considerado bom ou mau aluno. Todos teriam direitos iguais de falar e teriam que se submeter às mesmas regras para poderem se manifestar. O mesmo vale, por exemplo, para a regra relativa ao horário de entrada na escola. Se for imposta igualmente a todos, ela pode funcionar como uma oportunidade para o aluno perceber que ele não é melhor do que ninguém, que todos são iguais perante a lei. Em síntese, para que seja atribuído valor moral a uma regra, não basta que ela seja imposta como um dever; é preciso que os indivíduos a reconheçam como algo bom, justo e racional, que se funda, em última instância, nos valores igualitários das nações democráticas.

Por fim, vale registrar a atualidade da reflexão durkheimiana relativa ao papel da família, da escola e do Estado na educação moral das crianças. Em relação a esse ponto, o autor é muito claro. A educação moral não pode ser deixada a cargo exclusivamente das famílias. É desejável que os pais iniciem essa formação (DURKHEIM, 2008, p. 147). Mas é fundamental que todos os indivíduos, independentemente dos grupos específicos em que estão inseridos, tenham acesso a alguns valores comuns que permitem a boa convivência em sociedade. O compartilhamento desses valores não seria garantido se cada criança fosse submetida apenas à influência do seu grupo local. Além disso, no seio das famílias, as relações seriam pessoais e emocionais. Os indivíduos seguiriam regras, mas essas seriam aplicadas de modo flexível, dependendo diretamente das decisões paternas. Já na escola, os indivíduos seriam submetidos a normas estabelecidas de forma racional e impessoal, aplicadas de forma universal (DURKHEIM, 2008, p. 149).

Como vimos, o papel central da educação seria garantir a integração da sociedade por meio da formação de indivíduos que compartilham as crenças e os valores básicos da coletividade. Nos termos do autor, é “[...] necessário que a educação estabeleça uma comunhão de ideias e sentimentos suficiente entre os cidadãos, comunhão sem a qual qualquer sociedade é impossível” (DURKHEIM, 2017a, p. 63). Nesse

sentido, o Estado deveria manter certo controle sobre o que é ensinado nos estabelecimentos privados, de modo a preservar uma convergência com a educação do conjunto da nação. Deveria também “[...] constantemente lembrar ao professor que ideias e sentimentos ele deve arraigar na criança para que a mesma entre em harmonia com o seu meio social” (DURKHEIM, 2017a, p. 62). Durkheim (2017a, p. 62) enfatiza que se a sociedade

[...] não estivesse sempre presente e vigilante para obrigar a ação pedagógica a se exercer em um sentido social, esta última se colocaria necessariamente a serviço de crenças particulares, e a grande alma da pátria se dividiria e se dissolveria em uma pluralidade incoerente de pequenas almas fragmentárias em conflito umas com as outras.

Não se trata, argumenta Durkheim (2017a, p. 64), “[...] de conceder ao grupo majoritário o direito de impor suas ideias às crianças pertencentes ao grupo minoritário [...]”, mas de garantir o compartilhamento de alguns fundamentos básicos que seriam necessários para a convivência nas sociedades modernas: o “[...] respeito da razão, da ciência e das ideias e sentimentos que sustentam a moral democrática” (DURKHEIM, 2017a, p. 64).

Considerações finais

Em muitos manuais de introdução à sociologia e, especialmente, de sociologia da educação, Durkheim é rotulado pejorativamente como pensador do consenso ou da ordem. Também lhe foi atribuído o estigma de conservador. Ele não reconheceria a existência de conflitos e sua importância para a transformação social. Ainda como parte da mesma visão crítica, o autor é acusado de negar o indivíduo e a subjetividade.

Foi necessário dedicar toda a primeira seção deste artigo a uma reconsideração dessa visão crítica. Sem dúvida, Durkheim é um autor preocupado com a ordem social e considera indispensável um mínimo de consenso para a convivência social. Isso não significa, no entanto, que ele seja contra a mudança, que defenda uma sociedade tradicional, que seja contrário à liberdade e ao amplo desenvolvimento das personalidades individuais, ou que seja indiferente em relação às injustiças sociais.

Como discutimos, *A divisão do trabalho social* nada mais é que um tratado sobre a mudança das sociedades tradicionais em direção à modernidade. Durkheim descreve como a ampliação da divisão do trabalho, a industrialização, a imigração, a urbanização e a secularização transformaram rapidamente as sociedades tradicionais e fizeram nascer o indivíduo moderno. O autor observa que a forma acelerada e forçada com que a divisão social do trabalho ocorreu em muitos lugares gerou um estado de anomia e de injustiça e desencadeou fortes embates sociais e políticos. Na perspectiva dele, essa situação de conflito, crise e instabilidade poderia, no entanto, ser superada por reformas sociais que tornassem a sociedade mais justa, no sentido da oferta de condições iguais de competição a todos. Pressionados pelo

individualismo moral, pelo valor cada vez maior atribuído à dignidade humana, as sociedades e os Estados modernos tenderiam a caminhar, mesmo que lentamente, na direção da democracia, do respeito aos direitos individuais e da meritocracia.

À educação caberia a tarefa hercúlea de formar as novas gerações em sintonia com esses novos tempos. O Estado deveria garantir a todos os cidadãos uma escola pública e laica, na qual pelo menos a formação básica de todos os alunos seria comum. A educação oferecida nessas escolas ou nas escolas particulares – sob supervisão do Estado – não se restringiria ao ensino de conteúdos específicos. Durkheim está preocupado, sobretudo, com a formação moral que deveria ser oferecida nesses estabelecimentos. Ele não está nos falando de uma moral religiosa ou da repetição de preceitos tradicionais. Ele está nos alertando sobre a necessidade de despertar nas crianças o apego ao ideal moral das sociedades modernas. Esse ideal teria como seu axioma central a dignidade da pessoa humana: as pessoas teriam “[...] direito ao mesmo respeito que os crentes de todas as religiões sempre dedicaram a seu Deus” (DURKHEIM, 2008, p. 113). Durkheim argumenta que, nas sociedades modernas, a coesão social não está mais garantida por uma religião comum ou por um conjunto amplo de crenças, valores e comportamentos compartilhados. Os indivíduos se diferenciaram, diversificaram suas maneiras de pensar, sentir e agir, tornaram-se mais independentes em relação às tradições. O último valor capaz de garantir um mínimo de consenso e de coesão às nossas sociedades e, assim, uma convivência razoavelmente harmoniosa entre os diferentes seria o respeito à pessoa humana. É com base nesse valor que a liberdade e os direitos individuais, bem como a igualdade e a justiça social, poderiam prosperar. Segundo Durkheim (2008, p. 28), “[...] é preciso que o educador ajude as gerações mais jovens a tomar consciência do novo ideal para o qual já se tende, embora de maneira confusa, e que as oriente nesse sentido”.

Notas

¹ A preocupação de Durkheim com o problema da ordem social não é apenas teórica. Ela está relacionada com a instabilidade e as fortes crises sociais e políticas que marcaram a França desde a revolução de 1789. A partir de 1870, instaura-se a Terceira República e inicia-se um período um pouco mais estável, caracterizado por avanços democráticos e sociais, inclusive a consolidação de um sistema público, gratuito e laico de educação. Durkheim acredita que esse é o caminho para a reorganização da sociedade francesa.

² Durkheim (2008, p. 138) reconhece, no entanto, que as crianças já nascem com algumas predisposições muito gerais que podem ser utilizadas pelo educador como ‘alavancas’ para sua socialização: um tradicionalismo ou gosto pela existência regular, que permitiria o desenvolvimento de um espírito de disciplina, e uma receptividade para as sugestões ou influências externas, que propiciaria a adesão aos grupos sociais.

³ A partir do final dos anos 1970, a reflexão sociológica sobre educação passa a ser dominada pelas teorias da reprodução ou, mais amplamente, pelas chamadas teorias críticas ou do conflito (NOGUEIRA, 1990; GOMES, 1994; PETITAT, 1994). Nesse novo contexto intelectual, as preocupações de Durkheim e do funcionalismo com uma educação que promova a integração moral da sociedade e uma distribuição mais justa das oportunidades dentro do próprio sistema capitalista tendem a serem rotuladas como insuficientes, ingênuas ou mesmo conservadoras. Cabe considerar ainda a tendência da sociologia internacional, a partir dos anos 1980, de questionar a unidade sistêmica da sociedade e reconhecer o papel ativo dos atores ou sujeito sociais, incluindo as crianças (TOURAINÉ, 1984; DUBET; 1994; PLAISANCE, 2004).

Nesse cenário, a sociologia durkheimiana é acusada – a partir de interpretações que consideramos simplificadoras – de conceber a sociedade como um todo unificado e de tratar os processos de socialização de modo muito vertical, subestimando a capacidade dos indivíduos de participarem ativamente desses processos.

⁴ No prefácio à segunda edição de *A divisão do trabalho social*, Durkheim (1989) detalha o que entende por organizações profissionais e ressalta que estruturas semelhantes sempre existiram, embora com características diferentes em cada período histórico. A partir do final do século XVIII, elas haviam sido abandonadas e ele acreditava que isso teria sido uma grande perda.

⁵ Autores funcionalistas que se inspiraram em Durkheim vão argumentar que a diferença de remuneração e prestígio entre as funções é necessária para o bom funcionamento da sociedade (DAVIS; MOORE, 1969). O valor atribuído a cada função, pela sociedade, não dependeria tanto de sua importância intrínseca, e sim do quão difícil é obter trabalhadores qualificados para o exercício da função. As funções que exigem uma formação escolar mais longa e complexa tenderiam a ser mais bem remuneradas e prestigiosas como forma de garantir que um grande número de indivíduos se disponha a competir para realizar o tipo de qualificação necessário para ocupá-las.

⁶ Durkheim parece oscilar ou mesmo ser contraditório em relação ao peso que atribui às predisposições congênitas. Por um lado, enfatiza que elas seriam muito gerais, vagas e flexíveis, incapazes de predeterminar o destino de um homem, especialmente nas sociedades modernas, nas quais as funções são muito específicas (DURKHEIM, 2017a, p. 65). Por outro, em vários momentos, fala-nos das diferenças naturais entre os gostos e aptidões individuais e defende que a sociedade justa seria aquela em que a distribuição das funções estivesse baseada apenas nessas “desigualdades naturais”. As contradições de Durkheim a respeito desse tema parecem decorrer justamente de sua dificuldade de perceber que as diferenças entre os indivíduos, assim como entre as sociedades, são, em grande medida, socialmente constituídas, e não inatas. Reconhecer isso o teria feito enxergar mais claramente alguns dos limites de seu projeto de uma escola e uma sociedade meritocráticas.

Referências

- ARENDDT, Hannah. A crise na educação. In: ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1988. p. 221-247.
- BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 39-64.
- CARDI, François, PLANTIER, Joelle (ed.). **Durkheim, sociologue de l'éducation**. Paris, L'Harmattan, 1993.
- DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert. Alguns princípios de estratificação. In: BERTELLI, Antônio Roberto; PALMEIRA, Moacir G. S.; VELHO, Otávio Guilherme C. A. (org.). **Estrutura de classes e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1969. p. 114-132.
- DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, 2004. Disponível em: <https://bit.ly/31Z8DEU>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- DUBET, François. **Sociologia da Experiência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.
- DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores, v. XXXIII).
- DURKHEIM, Émile. O dualismo da natureza humana e as suas condições sociais. In: DURKHEIM, Émile. **A ciência social e a ação**. Lisboa: Bertrand, 1975. p. 289-303.
- DURKHEIM, Émile. **Lições de Sociologia: a moral, o direito e o Estado**. São Paulo: EdUSP, 1983.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1989. v. 1.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão do trabalho social**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1991. v. 2.
- DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica na França**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- DURKHEIM, Émile. **O ensino da moral na escola primária**. São Paulo: Cebrap, 2007.
- DURKHEIM, Émile. **A educação moral**. Petrópolis: Vozes, 2008.

- DURKHEIM, Émile. **Sociologia e filosofia**. São Paulo: Edipro, 2015.
- DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2017a.
- DURKHEIM, Émile. **O individualismo e os intelectuais**. São Paulo: EdUSP, 2017b.
- FILLOUX, Jean-Claude. **Durkheim et l'éducation**. Paris: Press universitaires de France, 1993.
- GIDDENS, Anthony. Autoridade moral e educação. *In*: GIDDENS, Anthony. **As ideias de Durkheim**. São Paulo: Editora Cultrix, 1978. p 46-58.
- GOMES, Cândido Alberto. **A educação em perspectiva sociológica**. São Paulo: EPU, 1994.
- LAHIRE, Bernard. **O homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. Campinas: Alínea, 2017.
- NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação do final dos anos 60/início dos anos 70: o nascimento do paradigma da reprodução. **Em aberto**, Brasília, v. 9, n. 46, p. 49-56, 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3GGKySl>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- PETITAT, André. **Produção da escola**: produção da sociedade. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- PLAISANCE, Eric. Para uma sociologia da pequena infância. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 86, p. 221-241, abr. 2004. Disponível em: <https://bit.ly/3IJBHRF>. Acesso em: 20 nov. 2021.
- TOURAINÉ, Alain. **O retorno do actor**: ensaio sobre sociologia. Lisboa: Instituto Piaget, 1984.
- WEISS, Raquel. A concepção de educação de Durkheim como chave para a passagem entre positivo e normativo. *In*: MASSELA, Alexandre *et al.* (org.). **Durkheim**: 150 anos. Belo Horizonte: Argumentum, 2009. p. 169-189.